autuado por cintiacarrer em 09/09/2026 18:27:57.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 692/2026

Realizada a pesquisa no Banco de Dados da Câmara Municipal de São Paulo e no site www.prefeitura.sp.gov.br/legislação, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

Lei Federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018 – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Lei Federal nº 14.737, de 27 de novembro de 2023 – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.

Lei Estadual nº 10.354, de 25 de agosto de 1999 – Dispõe sobre a proteção e o auxílio às vítimas da violência.

Lei Estadual nº 14.466, de 8 de junho de 2011 – Proíbe o uso, por profissionais da área da saúde, de equipamentos de proteção individual fora do ambiente de trabalho.

Lei Estadual nº 17.300, de 1º de dezembro de 2020 – Institui o Programa de Prevenção de Violências Autoprovocadas ou Autoinfligidas no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 17.431, de 14 de outubro de 2021 – Consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher.

Matéria DSP 13919/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 09/09/2026 e juntado ao PL 672/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762639.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.671, de 26 de novembro de 2003 – Cria o Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.804, de 22 de abril de 2004 – Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde e das Subprefeituras, para o exercício de atividades ligadas ao controle do Aedes aegypti.

Lei Municipal nº 13.861, de 29 de junho de 2004 – Dispõe sobre a concessão de vantagens aos servidores municipais que especifica.

Lei Municipal nº 14.713, de 4 de abril de 2008 – Dispõe sobre a reorganização do Quadro dos Profissionais da Saúde, a reconfiguração das carreiras dos níveis superior e médio do referido Quadro, a instituição de novo plano de carreiras e do Prêmio de Produtividade de Desempenho a ser concedido aos servidores que especifica, a cessação da vantagem pecuniária que discrimina, a alteração de dispositivos das Leis nº 13.652, de 25 de setembro de 2003, nº 13.748, de 16 de janeiro de 2004, e nº 14.591, de 13 de novembro de 2007, e a alteração do valor das gratificações que especifica.

Lei Municipal nº 15.517, de 22 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre a reorganização do Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal; institui o respectivo Plano de Empregos Públicos, Carreiras e Salários; cria empregos públicos no referido Quadro; reajusta as Escalas de Vencimentos das Carreiras do Quadro dos Profissionais da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo e as tabelas salariais do Hospital do Servidor Público Municipal; introduz alterações na Lei nº 14.713, de 4 de abril de 2008; e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.122, de 15 de janeiro de 2015 – Dispõe sobre a criação do novo Quadro da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo e institui o respectivo regime de remuneração por subsídio; altera o regime jurídico dos empregados públicos da Autarquia Hospitalar Municipal (AHM) e do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM), bem como cria os respectivos quadros.

Lei Municipal nº 17.969, de 23 de junho de 2023 – Dispõe sobre a revisão geral anual e a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores públicos municipais, na forma que especifica, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.383, de 7 de janeiro de 2026 – Institui o Programa de Vizinhança Solidária no Município de São Paulo e prevê, entre outras medidas, o apoio à instalação de câmeras de monitoramento comunitário integradas ao Programa Smart Sampa.

Decreto Municipal nº 63.552, de 4 de julho de 2024 – Cria o Programa Smart Sampa, destinado a promover a adoção de soluções tecnológicas inovadoras e avançadas para a melhoria da gestão pública e o aprimoramento da segurança pública.

Matéria DSP 13919/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 09/09/2026 e juntado ao PL 672/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762639.

autuado por cintiacarrer em 09/09/2026 18:27:57.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Portaria da Secretaria Municipal da Saúde – SMS nº 1.300, de 14 de julho de 2015 – Institui os Núcleos de Prevenção de Violência nos estabelecimentos de saúde do Município de São Paulo.

- PL 632/2026 Institui o Programa Municipal de Atenção à Saúde no Ambiente Escolar – Saúde na Escola, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 1030/2025 Dispõe sobre a instalação de botões de emergência nos estabelecimentos de saúde do Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 1019/2025 Dispõe sobre a implementação de dispositivo eletrônico de segurança, denominado “Botão do Pânico”, nas unidades de saúde do Município de São Paulo, destinado à proteção de médicos e demais profissionais de saúde em situações de ameaça ou agressão, e dá outras providências.

- PL 1254/2025 Estabelece políticas de prevenção, registro, acolhimento e resposta a episódios de violência ou assédio contra profissionais de Enfermagem, no âmbito do Município de São Paulo; institui o Protocolo Municipal de Prevenção e Resposta à Violência no Trabalho de Enfermagem; e dá providências correlatas.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls.

São Paulo, 09 de setembro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 13919/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 09/09/2026 e juntado ao PL 672/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=762639.